

Passos Manuel



Da resistência chamorra à Revolução de Setembro

1836

A Rainha é o chefe da nação toda. E antes de eu ser de esquerda já é da Pátria. A Pátria é a minha política
(Passos Manuel, em 9 de Novembro).

Soberania popular ... o princípio grande, generoso e protector que a nossos pais guiou, como uma estrela, no campo de Ourique e na sala de Almacave
(Irmãos Passos)

Cercar o trono com instituições republicanas
(Passos Manuel)

Se eu não tiver força para conservar o Reino em paz e justiça e evitar vingança, deixo de ser ministro, porque eu não quero que o meu nome se ligue a nenhuma ideia de horror e de sangue
(Passos Manuel, em 9 de Novembro de 1836).

● **Faculdade de Direito e Clube dos Camilos** – No ano em que Louis-Adolphe Thiers se torna chefe do governo em França, até 1840, surge a primeira cadeira de *economia política*, com Adrião Pereira Forjaz Sampaio (1810-1874), a seguir os ensinamentos de Say, e dá-se a unificação das escolas de leis e de cânones numa faculdade de direito, enquanto se instituem os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto. Assinala-se a criação da Sociedade Patriótica Lisbonense, em 9 de Março, o dito *Clube dos Camilos*, e o começo da publicação de *O Português Constitucional*, dirigido por Almeida Garrett, então ligado à facção de Passos Manuel. No exílio parisiense, Silvestre Pinheiro Ferreira edita a *Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e Cidadão*, bem como *Noções Elementares de Ontologia*, onde defende as ciências morais e políticas como um só corpo de ciência. Domesticamente, assinala-se uma profunda crise agrícola, com aumento dos preços dos bens essenciais e algumas revoltas populares, nomeadamente dos marceneiros da cidade do Porto que vão ao cais de embarque destruir móveis importados da Alemanha.

● **O drama das finanças públicas** – Aprovada a venda da Companhia das Lezírias (25 de Janeiro). Campos chora em pela sessão das Cortes (29 de Fevereiro). Propõe também a venda dos bens nacionais *a dinheiro já, e sem formalidades embaraçosas*. Em desespero acaba por abandonar o gabinete (6 de Abril), dado que o governo não consegue ver aprovado o orçamento, ao mesmo tempo que Silva Carvalho até defende o não pagamento dos impostos. Isto é, um governo

nascido de uma pressão da oposição militar radical, acaba por cair por razões financeiras.

● **A verdade e toda a verdade...** – *A Nação e as Cortes têm o direito de saber a verdade e toda a verdade, e, sendo nossos males tão profundos, é necessário que sejam conhecidos para serem remediados. A Nação achava-se cansada da guerra civil e de uma luta sangüinária, as fortunas estão desbaratadas pelos fautores da usurpação, e o primeiro dever do governo é entrar nas vias de uma administração económica. Desgraçadamente,*

não se seguiu este caminho: a facilidade de obter dinheiro por via dos empréstimos produziu uma espécie de exaltação a favor do Crédito, e diferentes vezes se exageraram nesta Sala os seus prodígios (Francisco António Campos, na qualidade de ministro da fazenda).

● **A chefia do Exército** – Câmara do Deputados aprova um diploma onde se extingue o cargo de Comandante em Chefe do Exército, prometido ao príncipe consorte pelo negociador português conde do Lavradio (6 de Abril). E tudo acontece no mesmo dia em que D. Fernando de Saxe-Coburgo-Kohary, sobrinho de Leopoldo I da Bélgica e primo do Príncipe Alberto, marido da Rainha Vitória, chega a Lisboa.

● **Clube dos Camilos, exaltados e guerrilhas** – Instalação da *Sociedade Patriótica Lisbonense*, dito *Clube dos Camilos*, em 9 de Março. Na altura o radicalismo é também assolado pelos violentos artigos de António Rodrigues Sampaio (1806-1882) em *A Vedeta da Liberdade*, considerado o órgão dos *exaltados*. Continuam a actuar várias guerrilhas em auto-gestão de bandoleirismo, como a de João Brandão (1827-1880), nas Beiras, invocando o liberalismo, e a do padre Joaquim da Carragozela, em nome do legitimismo.

● **Governo nº 9 do duque da Terceira** (144 dias, desde 20 de Abril, cerca de cinco meses). A composição do novo governo, afecto ao chamado *partido dos amigos de D. Pedro*, revela uma clara aliança entre os *chamorros* e os moderados do partido aristocrata, ou *conservador*, mas sem a presença do incontestável líder do mesmo, Palmela, nomeado plenipotenciário em Londres, num ambiente inequivocamente dominado pela maçonaria do Grande Oriente Lusitano. Já Saldanha é apresentado como cargo de primeiro ajudante do rei D. Fernando.

● **Presidente**, António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha (1792-1860), 7º conde e 1º marquês de Vila Flor (desde 1827) e duque da Terceira desde 1832, acumula a guerra. No reino, Agostinho José Freire. Na justiça, Joaquim António de Aguiar. Na fazenda, Silva Carvalho. Na marinha, Manuel Gonçalves de Miranda. (1780-1841) Nos estrangeiros, o conde de Vila Real

● **Chamorros contra a Maçonaria do Sul** –

A palavra de ordem é de luta contra os *anarquistas* e os *desorganizadores*, pelo que uma das primeiras medidas do governo consiste na dissolução da Sociedade Patriótica Lisbonense, o Clube dos Camilos (28 de Abril), a quem os adversários chamam *dos camelos*, revelando o conflito aberto entre os maçons carvalhistas e a Maçonaria do Sul, que suportara o gabinete de José Jorge Loureiro. Segue-se um reforço da Guarda Municipal de Lisboa e a criação de força igual no Porto, ao mesmo tempo que se comprimem as *Guardas Nacionais*, afectas aos *radicais*. Isto é, o facciosismo trata de brincar às guardas pretorianas e, portanto, passa a depender desse jogo de forças milicianas.

● **Tesouro a arder e protecção** – Um grande incêndio devasta o Palácio do Tesouro, no Rossio, que havido sido a sede do governo da regência e, antes, Palácio da Inquisição (14 de Julho). Depois de longa maratona diplomática, é abolido o tratado luso-britânico de comércio de 1810 (30 de Abril), podendo ser finalmente aplicadas a partir de 1837 as pautas alfandegárias elaboradas por Mouzinho da Silveira, que substituem e unificam as várias tabelas específicas de cada zona portuária, fixando-se um regime inequivocamente protecção.

● **Eleição nº 5** (17 e 31 de Julho). Há 34 deputados da oposição e 79 apoiantes do situacionismo. 132 deputados para 3 363 865 habitantes. Os pró-governamentais são derrotados no Douro (Porto), Beira Alta, Beira Baixa e Algarve. Entre os deputados eleitos pelo Douro, vinte sete são da oposição e apenas um assume o partido dos *amigos de D. Pedro*. No Porto, ganha a lista afecta Passos Manuel que, apesar de se qualificar como *oposicionista ao ministério*, diz também reacar os *irracionais*. Conforme artigo publicado em *O Português Constitucional*, os instalados no governo são vistos como *uma falange de bacharéis, proletários e nem um só homem do comércio, da indústria e da propriedade, nem um só verdadeiro homem de letras*.

● **As novas Cortes não chegam a reunir**, por causa dos acontecimentos de 9 de Setembro que levam à restauração da Constituição de 1822.

● **O filme da revolução** – Às quatro da tarde do dia 9 de Setembro desembarcam no

Terreiro do Paço, os deputados oposicionistas do Douro e da Beira, vindos no vapor *Napier*. São esperados por uma manifestação de cerca de 6 000 pessoas, num ambiente de *vivório e foguetório*, animado por bandas de música.

- Cerca das nove da noite batalhões da Guarda Municipal concentram-se na Praça do Príncipe Real (então Patriarcal Queimada) e, com a população, os insurgentes dirigem-se ao Rossio onde dão vivas à Constituição de 1822. Pouco antes em Espanha (12 de Agosto), uma revolta em Madrid tinha obrigado Maria Cristina a repor a Constituição de Cádiz de 1812.

- Tropas do Governo, chamadas para reprimir a sedição, logo confraternizam com os revoltosos.

- Uma deputação destes entrega um ultimato à rainha nas Necessidades, sendo escolhido, para a liderar, face à recusa de Sá da Bandeira, o conde de Lumiares.

- Na reivindicação apresentada à Rainha, redigida por Soares Caldeira, consta a imediata proclamação da constituição de 1820 com as modificações que as cortes constituintes julgarem por bem fazer-lhe.

- O Conselho de Estado sugere à rainha que se submeta às movimentações e às oito da manhã já desfilam os vencedores com louros nas espingardas, depois das hortênsias de 1832 e dos cravos de 1974.

• **Soberania nacional** – *O povo queria o regime de soberania nacional; queria uma Constituição dada pela nação e não outorgada pela Coroa; e queria a abolição da Câmara dos Pares; ou, pelo menos, que não votasse na lei constitucional. É por isso que dizia Constituição de 1820 (Passos Manuel)*



• **Vitória da Maçonaria do Sul** – *A Revolução é planeada e executada pela Maçonaria do Sul, com o apoio, declarado ou tácito da Maçonaria do Norte, conforme as palavras de Oliveira Marques, e, nela, as chamadas Sociedades Patrióticas desempenham um papel semelhante ao que vai ter a Carbonária relativamente ao 5 de Outubro de 1910 e o Partido Comunista relativamente ao MFA em 1974.*

• **Sonho ou realidade?** *Acordámos debaixo das leis da constituição dada pelo povo na revolução do ano de 1820! Todos esfregavam os olhos, e perguntavam se é um sonho o que ouvem! Mas era, com efeito, uma realidade; porque nem em Lisboa, nem em parte alguma do reino se manifestou oposição alguma a esta rápida transfiguração política. A Constituição de 1820 é a filha do povo, e o povo abraçava a filha que lhe tinham roubado (José Liberato Freire de Carvalho).*

• **Governo nº 10 de Lumiares** (55 dias, desde 10 de Setembro). Gabinete integralmente composto por maçons que assume um reformismo nomocrático e a autenticidade das reformas financeiras, tudo em nome de um mítico regime de *soberania nacional*. O gabinete terá sido efectivamente organizado por Sá da Bandeira que, segundo Vasco Pulido Valente assumiu a *ambiguidade da*



Esquerda moderada: queria e não queria, era e não era, tomava o Estado com poder da rua e pretendia anulá-lo sem o destruir, para conservar o Estado.

●O presidente José Manuel Inácio da Cunha e Meneses da Gama e Vasconcelos Carneiro de Sousa Portugal e Faro (1788-1849), 4º conde de Lumiares², acumula com a guerra e a marinha. Passos Manuel (1801-1862) no reino; António Manuel Lopes Vieira de Castro (1796-1842) na justiça; Sá da Bandeira na fazenda e nos estrangeiros.

●**A face invisível da política** – Os antigos cartistas logo procuram fazer política fora das regras do jogo, nomeadamente pela pressão maçónica e pela influência nos quartéis. Os miguelistas procuram renascer pela conspiração e pela guerrilha. Com efeito, o fim da guerra civil, destruindo efectivamente a ordem do *ancien régime* e eliminando as elites que o sustentavam, gera um vazio de hierarquias, desde a nobreza local às próprias estruturas eclesiásticas, pelo que, nesse espaço, passam a actuar quase exclusivamente as três maçonarias existentes, marcadas pelas rivalidades do exílio. E são elas que vão delinear o modelo da nova classe política bem como das novas forças armadas que com esta se vão geneticamente hierarquizando.

●**Maçonarias** – De um lado, a Maçonaria do Sul, liberta de Saldanha. Do outro, o Grande Oriente Lusitano, ligado ao regime derrubado em 9 de Setembro. A terceira força, representada pela Maçonaria do Norte e em aliança com Sá da Bandeira, acaba por liderar o processo, dada a respectiva postura, defensora da revolução institucionalizada por uma moderação racional, capaz de dialogar com os anteriores situacionistas. A Maçonaria do Sul radicaliza-se. O Grande Oriente Lusitano dialoga com Sá da Bandeira, enquanto Passos Manuel entra em compromisso com Palmela e sempre vai negociando com o Paço. A conspiração havia sido organizada por um grupo de radicais, onde se destacam Soares Caldeira, Leonel Tavares, Cassiano Tavares Cabral e José António Morais, o *Mantas*², contínuo do *Clube os Camilos*, que conseguira ser nomeado administrador da fábrica nacional de



mantas. Parte deste grupo já havia dinamizado, em 1834, o *Centro Eleitoral Progressista* e em 1822 a *Sociedade Patriótica da Indústria Nacional*, presidida por Cândido José Xavier.

●**O sonho de Almacave** – *Soberania popular ... o princípio grande, generoso e protector que a nossos pais guiou, como uma estrela, no campo de Ourique e na sala de Almacave* (irmãos Passos)

●**Constituição de 1822** Ainda no dia 10, D. Maria II repõe a Constituição de 1822 e convoca umas cortes constituintes, tendo em vista *representações feitas por um grande número de cidadãos e atendendo a outras claras manifestações da opinião nacional*. Prestado o juramento na câmara municipal de Lisboa diante dos radicais, como Leonel Tavares e Soares Caldeira. E em 26 de Outubro já são restaurados os *batalhões de voluntários*. Segue-se o decreto eleitoral (8 de Outubro), sendo marcadas eleições para 20 de Novembro.

●**Belenzada** Logo reage o Paço e o anterior situacionismo através de uma movimentação palaciana, com a rainha a sair das Necessidades para Belém. Mas o governo resiste, graças à rápida movimentação das Guardas Nacionais, mobilizadas para Campo de Ourique, que criam uma Junta com Silva Sanches e Alexandre de Campos, enquanto César Vasconcelos passa a comandar a Guarda Municipal. Sá da Bandeira marcha à frente dos batalhões até Belém de forma extremamente vagarosa, para que pudesse funcionar a pressão palaciana, evitando-se o derramamento de sangue. Esta maobra dilatória, visando evitar que a população assaltasse o paço revela, segundo Victor de Sá *a duplicidade política característica deste período, bem expressa por uma certa ambiguidade intencional nas declarações públicas*, dado que o setembrismo de Passos Manuel e Sá da Bandeira apenas corresponderia ao *"juste milieu"* da *Monarquia de Julho em França*. O próprio Passos Manuel declarou expressamente: *Eu não fiz a revolução, não a aconselhei; opus-me a que ela se fizesse no Porto no dia 24 de Agosto*. Aliás, conforme, mais tarde, reconhecerá o próprio barão da Luz, a movimentação dos batalhões da Guarda Nacional para Campo de Ourique veio *transtornar os planos que havia para o*

restabelecimento da Carta, e o que estava a ponto de se efectuar, nomeadamente por encontros de membros do governo com os belenzistas em Oeiras.

● **As negociações** – Saldanha solicita conferência a Sá da Bandeira. Passos, dirigindo-se a Terceira, clama: *estamos na véspera da guerra civil; amanhã V. Ex.a vai comandar os exércitos da Rainha; e eu - os da Republica: se a espada de Bouças se medir com a espada da Asseiceira, nem por isso a minha amizade e consideração para com V. Ex.a sofrerá a menor quebra*

● **As pretensões belgas** – O processo terá sido inspirado pelo próprio rei Leopoldo da Bélgica, através do embaixador Van der Weyer, não faltando até uma esquadra britânica surta no Tejo, que desembarca 700 marinheiros para defenderem o Paço, e falando-se no apoio da diplomacia francesa. O rei dos belgas pretendia, aliás, que lhe fosse atribuída uma das nossas possessões africanas. Em troca, promete enviar tropas belgas, em navios ingleses e franceses.

● **Governo resiste** – D. Maria II tem 17 anos e D. Fernando, apenas 20. Sá da Bandeira e Passos Manuel, apoiados de 800 guardas municipais e de 12 000 guardas nacionais, resistem e dizem quererem combater as influências estrangeiras, procurando conciliar certo radicalismo de autenticidade liberal com a resistência nacionalista (4 de Novembro).



● **Gabinete dos mortos** – Chega a estar constituído um governo, sob a presidência do marquês de Valença², o gabinete dos mortos, com Alexandre Tomás de Moraes Sarmento, Francisco de Paula Oliveira, Joaquim da Costa Bandeira (visconde de Porto Covo), José Vasconcelos Bandeira de Lemos (barão de Leiria) e José Xavier Bressane Leite.

● **Avilez cerca Belém** – O gabinete do marquês de Valença acaba por não ser empossado e os setembristas consolidam posições, exigindo o embarque das tropas britânicas, principalmente depois do conde de Avilez, à frente de dois esquadrões, cercar Belém. Silva Carvalho refugia-se a bordo de um navio inglês e pede ajuda a Passos Manuel e Sá da Bandeira (6 de Dezembro).

● **O nacionalismo** – Passos proclama expressamente que *Portugal não seria uma prefeitura britânica nem Sua Majestade um alto-comissário das ilhas Jónicas*. Quando D. Fernando diz que os vassallos não obedecem à rainha, o mesmo Passos observa: *Porque Sua majestade manda o que não pode ou o que não deve*.

● **O compromisso** – Mas Passos Manuel acaba por fazer um *compromisso* com o Paço, prometendo uma constituição moderada que servisse de armistício. Este tipo de golpe será repetido, com êxito, em Outubro de 1846, com a chamada *emboscada* de Saldanha, em apoio do cabralismo.

● **A vítima** – Entretanto, Agostinho José Freire, fardado e cheio de comendas, é assassinado na Pampulha, pelo sapateiro Manuel da Silva, sendo o respectivo cadáver arrastado pelas ruas da capital.

● **Governo nº 11 de Sá da Bandeira**, 208 dias, desde 4 de Novembro. Além de Bernardo Sá Nogueira de Figueiredo, barão em 1833, visconde em 1834 e marquês de Sá da Bandeira desde 1864, apenas mais dois



ministros: Passos Manuel (reino e fazenda) e Vieira de Castro² (justiça e marinha), o efectivo triunvirato revolucionário. Segundo Vasco Pulido Valente, Sá da Bandeira *navegou, calado e modesto, pela via média, rilhando os seus resentimentos... a única e autêntica paixão que tinha era o exaltado sentimento da sua própria virtude*.

● **A fúria reformista** – Em 6 de Novembro de 1836 é emitido um decreto onde são suprimidos 466 concelhos. Lançada nova organização dos serviços de instrução secundária que prevê a criação de um liceu em cada distrito do continente e do ultramar (17 de Novembro).

● **Eleição nº 6 das Cortes Gerais Constituintes** (20 de Novembro). Segundo a Constituição de 1822, por sufrágio directo e quase universal. 130 deputados. Participa no sufrágio apenas cerca de 4,5% da população. Uma maioria de setembristas moderados, liderados por Passos Manuel, que já se assume pela nova ordem, contra uma oposição dita de *radicais* e de *irracionais*, onde então alinham José



Estêvão²² (1809-1862), por Aveiro, e António Bernardo da Costa Cabral, José Liberato Freire de Carvalho e Leonel Tavares Cabral. Grande parte dos partidários da ordem anterior, que agora se dizem cartistas, *abandonaram as urnas*.

● Há apenas dois deputados que assumem expressamente a fé na Carta. Mas, integrados na nova maioria, já estão elementos da antiga oposição moderada aos *devoristas*, como Lumiares, Taipa, Sabrosa, Garrett, e Fronteira, os quais vão dar origem ao núcleo central dos *ordeiros*.

● Barbosa Colen refere que, entre os eleitos, há 79 pessoas dependentes do governo, discriminando: 3 ministros; 2 subsecretários de Estado; 7 administradores-gerais; 2 membros do Supremo Tribunal de Justiça; 1 procurador-geral da Coroa; 14 outros juizes; 2 secretários gerais; 17 outros empregados públicos; 18 militares; 4 cônegos ou vigários; 6 lentes; 7 bacharéis; 17 proprietários; 1 negociante; 1 lavrador; 2 advogados.

● Por outras palavras, os jacobinos, quando se instalam no poder e procuram a racionalidade das normas, assumem-se como o *partido dos funcionários*, em nome daquela ideia de competência que marca o conceito weberiano de burocracia. Assim, continuam a herança do pombalismo, procurando defender-se tanto da *viradeira* do *partido dos fidalgos*, como da irracionalidade dos exaltados que dinamizam a população e que, por vezes, até são financiados pelos velhos e novos ricos do

partido mercantil, enquanto todos vão procurando mobilizar pela *sinicura* os intelectuais disponíveis para tal corrupção.

● **Não aos horrores e ao sangue.** *Se eu não tiver força para conservar o Reino em paz e justiça e evitar vingança, deixo de ser ministro, porque eu não quero que o meu nome se ligue a nenhuma ideia de horror e de sangue* (Passos Manuel, em 9 de Novembro de 1836).

● **Mais reformas** – Decreto extingue a Faculdade de Cânones, integrando-a na Faculdade de Leis, que passa a designar-se Faculdade de Direito (6 de Dezembro). Ampla reorganização das forças armadas, sendo reduzidas as gratificações aos militares (7 de Dezembro). Reforma da administração ultramarina na mesma data. Decreto proibindo a exportação e importação de escravos em todos os domínios portugueses. (10 de Dezembro). Como refere Silva Rego, *proibiu-se o tráfico de escravos, mas não a escravidão ou a situação de escravo*. Emitido um código administrativo, a partir do qual se cria a figura do *administrador-geral* como representante do poder central no distrito, enquanto nas paróquias surge o *regedor* (31 de Dezembro). O novo código resulta do trabalho de Olímpio Joaquim de Oliveira, oficial maior do ministério do reino, sob a coordenação política de José da Silva Passos, cabendo a revisão do projecto a António Fernandes Coelho.

● A **forma de poder** do setembrismo recebe o manto, primeiro, da Constituição de 1822 e, depois, da Constituição de 1838, enquanto a **imagem do poder** balouça entre a ideia de Passos Manuel, que pretende *cercar o trono com instituições republicanas*, a posterior moderação centrista dos *ordeiros*, e o doutrinário *liberdadeiro* dos neo-cartistas.

● Contudo, o poder efectivo vive da tensão entre os manobreadores residentes no Paço Real, onde se destaca Dietz, e a força armada, principalmente a *Guarda Nacional*, controlada pelos clubes revolucionários, que mobilizam cerca de 12 000 homens.

● Surgem, entretanto, novos grupos sociais, devendo assinalar-se os compradores dos bens da fazenda nacional e os capitalistas e industriais.

● O novo regime passa a viver uma curiosa dialéctica entre os moderadamente revolucionários e os *irracionalistas*, enquanto os defensores do anterior situacionismo não aceitam as novas regras do jogo, preferindo derrubá-lo pelos métodos furtivos da intriga ou pela acção directa da violência armada. Se, a nível do aparelho governamental, o comando visível é inequivocamente moderado e adepto do *gradualismo*, tal vértice do aparelho de Estado é obrigado a pactuar com os efectivos poderes militares e de rua, onde dominam os então *exaltados*, com Jorge Avilez, no comando das armas da Corte, e, sobretudo, com Soares Caldeira, o administrador-geral de Lisboa e comandante do Batalhão dos Artistas do Arsenal.

📖 Agostinho, José (III): 161 ss.; Arriaga, José de (I): 701, 705-707; (II): 6-12, 31; Bonifácio, Maria de Fátima (2002): 34; Chagas, Manuel Pinheiro/Colen, Barbosa (X): 195 ss., 215-216; Fronteira (VI): 150, 172-173, 189, 215; Gomes, Marques (*Luctas...*): CLVI, 190-192, 194-195, 256, 258; Lavradio (II): 128, 129; Lourenço, Joaquim Maria: 49; Marques, Oliveira (II): 55, 57, 58; (III): 279, 282; Martins, Joaquim Pedro d'Oliveira (II): 62; Nogueira, Franco (1971): 260 ss.; Pereira, Miriam Halpern: 39; Peres, Damião (VII): 256; Pinheiro, Magda: 167; Sá, Victor de (1969): 122 ss., 175 ss.; Silva, António Martins da: 322, 324; Valente, Vasco Pulido (1997): 39, 116, 117; Viana (*Silva Carvalho...* II), p. 58; (*Silva Carvalho...*III): 280 ss., 294, 299, 302, 392.